

INTRODUÇÃO

Ao abrir este livro, é provável que o leitor tenha alguma expectativa quanto ao seu conteúdo. Afinal, o título – História Econômica Geral – aparentemente não envolve nenhuma noção complexa e parece, por si só, definir o objeto do texto.

No entanto, entre os pesquisadores de História Econômica há várias correntes com divergências mais ou menos profundas em relação aos seus fundamentos teóricos e metodológicos os quais, com frequência, apresentam implicações políticas e/ou ideológicas. Portanto, é possível elaborar diferentes “histórias econômicas gerais”, ainda que os processos históricos observados sejam os mesmos. Assim, convém apresentar ao leitor, mesmo brevemente, algumas concepções distintas de História Econômica que, esperamos, facilite a compreensão das polémicas presentes nos estudos de História Econômica Geral, já que procuramos incorporar várias dessas polémicas ao texto.

Podemos começar com uma definição muito geral de História Econômica proposta por Herbert Heaton, para quem a história econômica “descreve os esforços que o homem faz ao longo dos séculos para satisfazer suas necessidades materiais” (citado por IGLÉSIAS, 1959, p.27). Embora bastante sintética, essa definição oferece oportunidade para explorar algumas questões particularmente importantes.

O que a História Econômica tem em comum com uma concepção clássica de História? Marc Bloch definiu a História como a “ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 1965, p.29), ou seja, trata-se do estudo da atividade humana, em suas múltiplas dimensões, na perspectiva da mudança ao longo do tempo. Em linhas gerais, não é diferente a definição de Heaton para a História Econômica, apenas especifica que o foco da pesquisa é a atividade voltada à satisfação das necessidades materiais; ou seja, seria uma das “especialidades” da História.¹

1. Hobsbawm, assim como muitos outros historiadores, entende que a História deve ser conduzida na direção de uma “História Total”, as especializações – História Política, História Econômica, História Social, História Cultural, História das Mentalidades, História Diplomática, História Eclesiástica etc. – atenderiam à conveniência do pesquisador ou a uma necessidade técnica inerente à pesquisa (HOBBSAWM, 1998, p.122-123).

Ao longo dos séculos, a forma pela qual os homens satisfazem suas necessidades materiais se altera, assim como aquilo que é considerado "necessário" em cada época. Em determinadas épocas e locais, as necessidades materiais das pessoas podem ser supridas por seu próprio esforço: numa comunidade estritamente rural, aquele que cultiva a terra e cria alguns animais pode produzir tudo (ou quase tudo) o que necessita para sua sobrevivência (levando em conta o que é considerado necessário naquele momento, como alimento, vestuário, habitação). Na sociedade atual, as necessidades materiais comportam muito mais do que alimentos, vestuário e habitação, pois bens duráveis, como os eletroeletrônicos, meios de transporte, lazer, cultura etc. passaram a fazer parte do dia a dia de grande parte da população. A obtenção desses produtos, que se tornaram necessários à vida quotidiana, envolve complexas redes produtivas, comerciais e financeiras: um operador financeiro no Brasil, ao almoçar em um restaurante, certamente está consumindo algum alimento produzido em outro país, talvez da América Latina, e cuja preparação exigiu o uso de utensílios reportados provavelmente da América do Norte, da Europa ou da Ásia. Assim, da origem desses produtos à mesa do restaurante, há um vasto conjunto de empresas e trabalhadores, e a maior parte das vezes desconhecidos daquele que é o consumidor final desses produtos. Portanto, a História Econômica deve dar conta tanto de identificar as formas pelas quais os homens satisfazem suas necessidades materiais, como também de investigar de que maneira essas formas se alteram ao longo do tempo por meio de diferentes relações entre os homens que participam desse processo (trabalhadores, empresários, consumidores) e de técnicas em constante alteração.

Em sua definição, Heaton emprega a palavra "descrerver", termo que sugere uma postura externa do historiador em relação ao objeto da investigação, uma certa neutralidade diante dos fatos observados. Na verdade, o historiador econômico, por mais isento que seja, faz uma seleção dos fatos que julga relevantes (diante de uma infinidade de fatos) para "descrerver" o processo histórico em questão. Essa seleção já pode envolver algumas noções ou conceitos prévios do próprio investigador de modo que a "descrição", aparentemente neutra, acaba por conduzir a certa "explicação" dos eventos em foco. Evidentemente, outro historiador econômico poderá selecionar, em relação ao mesmo processo, fatos diferentes e chegar a resultados distintos. Em suma, é inerente à História Econômica – assim como à História e à Economia – a existência de explicações ou interpretações diferentes para um mesmo evento. Tais divergências podem refletir posturas subjetivas de cada investigador; porém, mais importante e frequente, decorrem de perspectivas teóricas e metodológicas distintas que orientam o próprio processo de investigação. Essas distintas perspectivas definem as principais correntes da História Econômica: explicitar o foco de suas divergências é importante para que possamos identificar suas implicações sobre a interpretação dos processos históricos.

Portanto, nesta Introdução procuramos indicar algumas das principais correntes teóricas e metodológicas presentes nos estudos de História Econômica dentro do quadro mais geral do desenvolvimento dessa disciplina.

A HISTÓRIA ECONÔMICA COMO DISCIPLINA ACADÊMICA: ORIGENS E PRINCIPAIS CORRENTES

A História Econômica, como área de pesquisa e como disciplina dos cursos universitários, é relativamente recente e se afirmou bem depois da Economia e da História. A Economia adquiriu progressivamente *status* de ciência depois da publicação, em 1776, de *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith. No século XIX, uma vasta produção de estudos da então chamada Economia Política consolidou-a como uma disciplina socialmente reconhecida: Thomas Malthus, David Ricardo, Jean Baptiste Say, John Stuart Mill são alguns dos chamados economistas clássicos aos quais se agrega, em vertente distinta, crítica, Karl Marx. A partir de 1870, houve uma mudança substancial no pensamento econômico dominante: a chamada *revolução marginalista* alterou o foco da análise econômica, sendo sintomática a troca do nome da disciplina de Economia Política para Economia: o austríaco Karl Men-ger, o suíço Leon Walras e o inglês Stanley Jevons foram pioneiros dessa nova corrente, que se consolidou como principal paradigma da teoria econômica (e que, ao menos em parte, se mantém até hoje).

Já a História tem um longo passado: há, desde a Antiguidade, registros que narram eventos relevantes (como guerras, feitos de seus reis e sacerdotes etc). Desde então, a História foi objeto dos escritos de cronistas (que narravam fatos, em geral a mando de seus superiores), de filósofos (que buscavam algum "sentido" na História), mas também de escritores que se aproximavam do trabalho que seria, mais tarde, típico do historiador (ou seja, com base em documentos). No século XIX, houve significativas mudanças que definiram de modo mais preciso o ofício de historiador. Por um lado, técnicas de pesquisa aprimoradas permitiram a crítica rigorosa das fontes fornecendo base empírica mais sólida para os estudos históricos; por outro, o foco dos historiadores se tornou, por influência do positivismo e do historicismo, o relato ou a narração cronológica dos fatos históricos, em que predominava a história política e diplomática centrada nos "grandes homens" da época. Entendida como o estudo do passado, a história não poderia aspirar à condição de ciência. O objeto da História era constituído pelos fatos pretéritos: estes eram únicos, singulares, não passíveis de repetição e experimentação. Assim, os fatos históricos não atendiam às condições necessárias para que se pudesse formular uma explicação científica. Desse modo, ao historiador cabia apenas relatar os fatos em sua ordem cronológica, de modo que a "explicação" possível na História era dada pela simples sequência desses fatos no tempo (como se, no encadeamento deles, o anterior fosse suficiente para "explicar" o seguinte).²

Desse modo, ao fim do século XIX, na Economia e na História predominavam, na primeira, o marginalismo e, na segunda, o positivismo e o historicismo. Curiosamente, a

2. Sobre o positivismo e o historicismo, ver CARDOZO (1982, p.30-34).

economistas clássicos, foi ofuscada por uma visão estática: tratava-se de entender o processo de formação dos bens e a alocação dos recursos com base nas preferências dos indivíduos em determinado momento do tempo. Na perspectiva dos marginalistas, na Economia não havia espaço para a História: aliás, essa perspectiva foi formulada na polémica sobre o Método entre os marginalistas (em especial pelo austríaco Karl Menger) e a Escola Histórica alemã representada por G. Schmoller (SCHUMPETER, 1968, p.177-185). Mas o afastamento entre Economia (agora não mais Economia Política) e História não ocorreu apenas com os marginalistas austríacos; esse foi um movimento mais geral que, talvez contraditoriamente, fortaleceu a História Econômica. Sem espaço para integrar seus estudos à teoria econômica, aqueles que, de algum modo, se dedicavam à análise da história de economias nacionais, buscaram um espaço específico para a sua atividade. Daí o surgimento da História Econômica como disciplina acadêmica nos países anglo-saxões no final do século XIX e começo do século XX.⁴

A primeira cadeira de História Econômica foi estabelecida nos Estados Unidos, em 1892, na Universidade de Harvard. Assumiu-a o inglês William Ashley, antigo professor de Oxford e autor de *Introduction to English Economic History and Theory* (HARTE, 2001). Na Grã-Bretanha, foi fundada em 1926, na London School of Economics, a Economic History Society (sendo Ashley seu primeiro presidente), a qual, no ano seguinte, iniciou a publicação de *The Economic History Review*. Convém lembrar que a London School foi criada em 1895 por quatro membros do movimento fabiano (Sidney e Beatrice Webb, Graham Wallas e George Bernard Shaw)⁵ como um núcleo de oposição ao predomínio de Alfred Marshall no ensino de Economia na Grã-Bretanha. William Cunningham, que havia polemizado com Marshall, foi convidado para ministrar cursos de História Econômica na London School.⁶ Outras universidades britânicas, como Oxford, Manchester e Cambridge, também introduziram disciplinas de História Econômica em seu

4. Devemos lembrar dois historiadores econômicos britânicos do último quarto do século XIX, notórios por sua atividade: Arnold Toynbee (1852-1883), tio do historiador homônimo, talvez o primeiro a utilizar o termo Revolução Industrial, cujas conferências sobre o tema foram publicadas como livro após sua morte; e William Cunningham (1849-1919), economista cujas propostas eram semelhantes às da Escola Histórica alemã e, como tal, opositor da economia neoclássica. Cabe mencionar ainda Paul Mantoux, historiador francês, mas que também lecionou na Grã-Bretanha e que publicou, em 1906, importante obra sobre a Revolução Industrial. São alguns exemplos (e haveria muitos outros) de como a História Econômica, embora à margem da corrente dominante em Economia, era objeto da reflexão de economistas e historiadores do século XIX, antes mesmo de sua introdução como disciplina dos cursos universitários.

5. A Sociedade Fabiana foi fundada em 1884 por um grupo de intelectuais britânicos como George Bernard Shaw, Sidney e Beatrice Webb. Defendiam o socialismo, porém advogavam uma transição gradual, não revolucionária, reformista do capitalismo para um novo sistema.

6. A Marshall se atribui papel fundamental no desenvolvimento da teoria econômica na vertente neoclássica. Na polémica com Cunningham, este defendia uma posição próxima da Escola Histórica alemã, contestada por Marshall o que lhe valeu a identificação como adversário do historicismo. No entanto, há indicações de que Marshall tinha alguma simpatia pela Escola Histórica alemã, embora não aceitasse a possibilidade de elaboração de uma teoria econômica exclusivamente indutiva a partir dos elementos históricos (HODGSON, 2005).

História Econômica emergiu como disciplina acadêmica e como área de pesquisa autônoma a partir do fim do século XIX, não em associação aos desenvolvimentos da Economia e da História, e sim como uma reação às tendências dominantes nessas duas disciplinas. Vejamos por quê.

Adam Smith, embora seja o “fundador” da Economia (Política), era herdeiro de uma corrente de pensamento por vezes chamada de “escola escocesa” que preservava uma perspectiva histórica em suas reflexões (FONTANA, 1998, Cap. 4). O próprio Smith via a história da economia como uma sequência de formas de atividade econômica: caça e coleta, pastoreio, agricultura, comércio. Essa seria a “ordem natural” como deveria ter acontecido ou acontecer em cada sociedade (SMITH, 1985, Livro Terceiro). Os economistas clássicos, de modo geral, mantiveram a preocupação com o “desenvolvimento” da economia, ou seja, com as tendências a mudanças da economia no tempo. Em Marx, além de sua vasta construção teórica sobre o capitalismo, encontramos inúmeras reflexões sobre a História em geral e, em particular, sobre o surgimento e o desenvolvimento do capitalismo. Na Alemanha, a Economia, como disciplina, esteve associada à chamada “Escola Histórica”: “o que constitui a essência desta Escola é a importância que ela deu aos trabalhos históricos e, de forma geral, à descrição dos detalhes: para ela, este é o trabalho mais importante ou, pelo menos, o que em primeiro lugar se impõe às Ciências Sociais” (SCHUMPETER, 1968, p.164).³

Nenhum dos pensadores da Economia Política poderia ser classificado como um típico “historiador econômico”; no entanto, é inegável que havia em suas obras elementos, ou ao menos preocupações, comuns ao que se tornaria, mais tarde, a História Econômica como disciplina.

Como já referido, na segunda metade do século XIX, a Economia Política passou por profunda transformação que pode ser identificada com a chamada Revolução Marginalista: produzido principalmente (porém não exclusivamente) por economistas austríacos, o marginalismo deslocava radicalmente o foco do pensamento econômico. A preocupação com o “desenvolvimento” (ou seja, com as transformações no tempo), presente nos

3. Sobre estas correntes, convém reproduzir a observação de Hobsbawm: “[...] os pensadores escoceses, que tanto contribuíram para a disciplina [Econômica], se recusaram especificamente a isolar a economia das demais transformações históricas da sociedade na qual se viam envolvidos. Homens como Adam Smith viam a si mesmos vivendo, na transição do ‘sistema feudal’ de sociedade – conforme o chamavam os escoceses, provavelmente mais cedo que ninguém – para outro tipo de sociedade. Desejavam apressar e racionalizar essa transição, no mínimo para evitar as consequências danosas de deixar o ‘progresso natural da opulência atuar livremente, quando poderia se converter em uma ‘ordem antinatural e retrógrada’. Poder-se-ia dizer que, se os marxistas reconheciam a barbárie como uma decorrência alternativa possível do desenvolvimento capitalista, Smith a reconhece como uma decorrência alternativa possível do desenvolvimento feudal. Consequentemente, é tão equivocadamente abstrair a economia política clássica da sociologia histórica à qual Smith dedicou o terceiro livro da *Riqueza das Nações*, quanto isolá-la de sua filosofia moral. Similarmente, história e análise permaneceram integradas em Marx, o último dos grandes economistas políticos clássicos. De modo um pouco diferente e analiticamente menos satisfatório, permaneceram integradas à economia entre os alemães” (HOBBSBRAWM, 1998, p.110-111).

o início do século XX. Desse modo, na Grã-Bretanha a História Econômica consolidou sua posição como disciplina autônoma, inserida nos cursos de Economia, porém com escassa integração com os estudos teóricos dessa ciência; ou, como sugere Hicks, uma História Econômica “que faz uso de alguns tópicos desconexos da teoria econômica para a elucidação de algum processo histórico particular” (HICKS, 1969, p. 2). Sob essa forma institucional, a História Econômica abrigou, nas universidades britânicas, importantes pesquisadores, como M. Postan, G. Unwin, E. Lipson, H. Heaton, J. Clapham, T. Ashton, E. Carus-Wilson, Eileen Power, R. Tawney entre tantos outros que tipicamente produziram histórias econômicas nacionais, regionais ou sobre setores específicos da economia.

Se na Grã-Bretanha a História Econômica se integrou, ainda que marginalmente, aos cursos de Economia, na França, o percurso para a afirmação da disciplina foi distinto. Já a História Econômica – mais propriamente a História Econômica e Social – emergiu em oposição às correntes dominantes nos estudos de História no século XIX: a “história positivista”, como indicamos acima, privilegiava a história política com foco na atuação das minorias dirigentes. O que os historiadores mais jovens desejavam era, antes de mais nada, mudar o foco da história: das elites para as massas, para o trabalho, para a produção, para as trocas. Vários historiadores romperam com o domínio acadêmico do positivismo e produziram obras que incorporavam as novas preocupações: Jean Jaurès (*História Socialista da Revolução Francesa, 1901-1904*); François Simiand que, em conferência realizada em 1903 (*Método Histórico de Ciência Social*) combatia a história positivista (uma “história historizante”); Ernest Labrousse com sua tese, de 1933, sobre o movimento dos preços e das rendas na França do século XVIII. A *Revue de Synthèse*, de Henri Berr, também abrigava estudos de história que iam além do relato dos fatos; e, na Bélgica, Henri Pirenne publicava estudos sobre a história econômica e social da Idade Média, rompendo também com a tradição da historiografia europeia. Esse movimento culminou com a publicação, a partir de 1929, da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, dirigida por Lucien Febvre e Marc Bloch (dois professores da Universidade de Estrasburgo). Além de recusar a História “acontecimental” (o mero relato de eventos), Febvre e Bloch propunham a aproximação com as ciências sociais (Sociologia, Antropologia, Geografia), o que permitia a busca de explicações para os processos históricos a partir da proposição de problemas. A vida da revista foi vítima de eventos relacionados à Segunda Guerra Mundial. De 1939 a 1941, mudou seu título para *Annales d'Histoire Sociale* e de 1942 a 1944 para *Mélanges d'Histoire Sociale*. Mais importante, Marc Bloch, por ser judeu, foi destituído de seu cargo na Sorbonne (pois ele e Febvre haviam conseguido sua transferência de Estrasburgo para universidades em Paris) e deslocado para outras universidades. Depois, integrou-se ao movimento francês de resistência contra a ocupação alemã. Preso pela Gestapo, Bloch foi executado em 1944. Assim, ao ter reiniciada sua publicação, a revista passou a ser dirigida apenas por Febvre. Fim da guerra,

a revista voltou com novo título – *Annales, Economies Sociétés Civilisations* – sob a direção de Febvre e como veículo de difusão das pesquisas identificadas com a Escola dos Annales. Após a morte de Febvre em 1956, Fernand Braudel assumiu a direção da revista e tornou-se um dos mais conhecidos historiadores da segunda metade do século XX. Em 1968, Braudel deixou a direção da revista, numa mudança que expressa também sua nova orientação, com menor ênfase na história econômica e social (FONTANA, 1998, Cap. 11; HOBBSAWM, 1998, Cap. 13).

A História Econômica também foi objeto de pesquisas sob outra ótica: a do marxismo. Assim como Marx e Engels, vários de seus seguidores adotaram, mesmo em textos com objetivos políticos mais imediatos, a perspectiva histórica. Um exemplo típico é a obra de Lenin, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*: sua análise das transformações da economia e da sociedade russa no século XIX sustentava uma proposta de ação política. Nas polémicas a respeito do Imperialismo, que envolveram marxistas como Lenin, Rosa Luxemburgo, Bukharin, Hilferding, Kautsky, a história do capitalismo não é apenas ilustrativa, ela é fundamental para a defesa de determinado tipo de orientação política. Embora não sejam obras típicas de História Econômica, algumas delas apresentam o rigor de trabalhos acadêmicos.

Em geral, admite-se que o estudo de História na União Soviética foi restringido pela adoção, como posição oficial do Partido Comunista, da sequência de modos de produção: comunidade primitiva, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo.⁷ A rigor, os historiadores não poderiam fugir, em suas interpretações, a esse esquema preestabelecido. Apesar dessa restrição, importantes pesquisas foram desenvolvidas em várias áreas, principalmente Arqueologia, Pré-História, História antiga e medieval. Além da revelação e publicação de fontes primárias, muitos historiadores da União Soviética se tornaram referências em suas áreas de pesquisa (FONTANA, 2004, Cap. 11; CARDOSO & BRIGNOLI, 2002, Cap. 3).

Depois do fim da Segunda Guerra Mundial, o estudo da História na perspectiva marxista teve amplo desenvolvimento na Europa Ocidental. Um marco foi a publicação, em 1946, do livro do economista inglês Maurice Dobb (1983), *Studies in the Development of Capitalism* (traduzido no Brasil sob o título *A Evolução do Capitalismo*). Ele deu origem a uma ampla polémica que mobilizou, de início, economistas e historiadores da Grã-Bretanha (Rodney Hilton, Christopher Hill), dos Estados Unidos (Paul Sweezy) e do Japão (H.K. Takahashi). Mais tarde, outros pesquisadores participaram de discussões suscitadas pelo debate inicial, como E. Hobsbawm, H. Trevor-Hoper, A. Soboul, G. Leffevre, G. Procacci, P. Vilar, C. Parain. Em suma, a transição do feudalismo ao

7. Essa noção foi sedimentada por Stalin no texto *Materialismo Dialético e Materialismo Histórico* em que afirmava: “A história conhece cinco tipos fundamentais de relações de produção: a comunidade primitiva, a escravidão, o regime feudal, o regime capitalista e o regime socialista” (cf. FONTANA, 2004, p.317).

questões clássicas da economia norte-americana, como a rentabilidade da escravidão e o impacto das ferrovias no desenvolvimento econômico. Alguns dos primeiros estudos foram produzidos por R. Fogel, S. Engerman, A. Conrad, J. Meyer e A. Fishlow. Seu desenvolvimento se deu principalmente em departamentos de economia de universidades americanas, mas tem também se difundido, com menor ímpeto em ambientes acadêmicos de outros países.

Outra corrente, que pode ser identificada como História Econômica Institucional, está associada fundamentalmente ao nome de Douglass North. Ao considerar que “às instituições importam”, North propôs, de início, estudar a ascensão do mundo ocidental com base numa teoria da inovação institucional. Sua vasta produção tem sido dedicada ao estudo da relação entre instituições e desenvolvimento, em especial na perspectiva histórica, e motivou inúmeros historiadores e economistas a realizarem pesquisas a partir dessas formulações.

Uma tendência recente em estudos de História Econômica tem seu foco na divergência dos níveis de desenvolvimento entre regiões e países. Como a *New Economic History* e a História Econômica Institucional, seus fundamentos teóricos básicos são os da economia neoclássica, porém sua preocupação se dirige às tendências de longo prazo e à identificação das fontes de crescimento econômico. Uma coletânea sugere o nome de *New Comparative Economic History* a essa tendência (HATTON, O'ROURKE & TAYLOR, 2007). Geografia, inovação tecnológica, cultura, política econômica, instituições são alguns dos elementos aventados para explicar a riqueza e a pobreza das nações em obras que podemos incluir nessa tendência. Alguns exemplos dessa tendência podem ser encontrados em obras de David Landes, Jeffrey Williamson, Kenneth Pomeranz, Gregory Clark, Robert C. Allen e Daron Acemoglu & James A. Robinson (LANDES, 1998; WILLIAMSON, 1998; POMERANZ, 2001; CLARK, 2007; ALLEN, 2011; ACEMOGLU & ROBINSON, 2012).

Finalmente, podemos nos referir a uma História Quantitativa. Em alguma medida, sempre se fez uso de dados quantitativos em estudos de História Econômica. A coleta e elaboração sistemática desses dados é o elemento que poderia caracterizar a emergência de uma História Quantitativa; não se trata, porém, de uma corrente perfeitamente definida em termos teóricos e metodológicos, mas de uma série de pesquisadores que se propuseram a tratar temas de História Econômica por meio da elaboração de dados quantitativos de diversas ordens. Esta é uma tendência cada vez mais forte, sobretudo porque os recursos computacionais facilitam sobremaneira a coleta e o tratamento de dados quantitativos. Há economistas e historiadores pioneiros em estudos quantitativos que procuraram abarcar o conjunto de economias nacionais, como Simon Kusnetz nos Estados Unidos, Jean Marczewsky na França, Phyllis Deane e William A. Cole na Grã-Bretanha (CHAUNU, 1976, Capítulo Segundo; CARDOSO & BRIGNOLI, 2002, Caps. I e VI). Nas últimas décadas, os estudos quantitativos se multiplicaram gerando polêmicas sobre temas clássicos da

capitalismo e a constituição e o desenvolvimento do capitalismo até o século XX eram os temas centrais da obra de Dobb, temas que suscitaram amplas discussões durante mais de duas décadas, em parte motivadas pela perspectiva, entre os marxistas, de uma futura transição do capitalismo para o socialismo. Esses temas atraíram, na Grã-Bretanha, um amplo grupo de pesquisadores marxistas: além dos já citados Dobb, Hill, Hill, Hobsbawm, Trevor-Hoper, devemos lembrar George Rudé, Perry Anderson e Edward Thompson.

Outros pensadores marxistas, embora não fossem historiadores, tiveram influência sobre algumas correntes de historiadores, caso de G. Lukacs e A. Gramsci. Uma concepção de História peculiar foi desenvolvida, na França, pelo filósofo L. Althusser. A partir de uma leitura da obra de Marx (que ficou conhecida como estruturalista), Althusser e seus seguidores (como E. Balibar, R. Establet, J. Rancière e na esfera da ciência política, N. Poulantzas) propuseram uma teoria da História com grande influência sobre cientistas sociais, mas também objeto de fortes polêmicas.

Na França, o marxismo também se fez presente em estudos históricos por meio de vários pesquisadores, como os já citados Soboul, Vilar, Parain, Leffevre. Admite-se que, embora não se caracterizasse como marxista, havia pontos de aproximação entre a Escola dos *Annales* e o pensamento marxista. É interessante notar que, na Grã-Bretanha, um importante grupo de historiadores marxistas tinha alguma identidade com a Escola dos *Annales*, acompanhava suas pesquisas e mantinha contatos com os historiadores franceses (HOBSBAWM, 1998, Cap.13).

Nos Estados Unidos, a influência marxista sobre a História parece ter sido menor: na *New School of Social Research*, em New York, havia um grupo de cientistas sociais marxistas, ligados também à *Monthly Review*, cujos estudos econômicos adotavam, com frequência, uma perspectiva histórica. Leo Huberman, um dos membros do grupo, publicou o livro *História da Riqueza do Homem*, muito divulgado por longo tempo. Podemos nos referir ainda a alguns historiadores marxistas norte-americanos, como Eugene Genovese, Herbert Aptheker e, mais recentemente, Robert Brenner que, no entanto, não chegam a constituir um grupo mais integrado como no caso da Grã-Bretanha.⁸

Convém registrar ainda o surgimento, a partir de 1960, de duas correntes cujo berço foi o ambiente universitário norte-americano: a *New Economic History* (mais tarde chamada também de *Cliometria*) e a História Econômica Institucional. A *New Economic History* nasceu com a elaboração de estudos históricos que, com forte utilização de noções de teoria econômica e estimativas econométricas, propôs a análise de algumas

8. A influência marxista sobre a historiografia foi intensa em regiões da periferia da economia mundial, como a América Latina e a África, na reflexão sobre os processos históricos dos países dessas regiões. Fazemos o registro da importância dessa historiografia, porém não a especificamos, pois levaria a nos alongar demasiadamente. Um roteiro bibliográfico para a historiografia latino-americana é encontrado em CARDOSO e BRIGNOLI, 2002, Cap. 5.

História Económica: um deles, dos mais controversos, é a Revolução Industrial (FONTANA, 2004, p.297-308).

O amplo panorama acima delineado, de carácter estritamente descritivo, procurou apenas situar algumas das principais correntes de estudo da História Económica. Certamente, o leitor pode identificar lacunas quanto a uma ou outra vertente aqui omitida e, mais ainda, a historiadores e economistas que considere fundamentais e que não foram lembrados neste texto. Em parte, isto deve ser creditado à vasta produção de estudos de História Económica que impõe a escolha, por vezes arbitrária, do que registrar e, algumas páginas introdutórias ao estudo de História Económica Geral. Cabe agora explorar mais cuidadosamente os fundamentos que sustentam as análises de algumas correntes cujas contribuições serão lembradas com razoável frequência no corpo do texto deste livro.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DE ALGUMAS CORRENTES DE HISTÓRIA ECONÓMICA

Neste tópico procuramos explorar alguns aspectos de três vertentes da historiografia económica: a que se alinha com a teoria económica neoclássica; a da Escola dos *Annales* e a derivada do marxismo.

Teoria Económica e História Económica: John Hicks, Douglass North e a "New Economic History"

A Teoria Económica neoclássica, por sua própria natureza, não estimula o estudo da História Económica: a discussão das transformações da economia no tempo é, de certo modo, estranha à proposta neoclássica de análise estática. Desse modo, os elementos da economia neoclássica não foram muito utilizados para estudos de História Económica, salvo para a explicação de situações muito específicas. No entanto, o economista inglês John Hicks (que também assinava J.R. Hicks) se propôs a elaborar uma "teoria de História Económica" em que os recursos teóricos e a visão geral da economia neoclássica têm papel fundamental, embora não único:

Parece razoável supor que podemos delinear a partir das ciências sociais, e não só da economia, algumas ideias gerais que possam ser utilizadas pelos historiadores como um instrumento para ordenar seu material. Eu acredito que a maior parte dos historiadores tende a concordar com isso. O que permanece como questão aberta é se isso só pode ser feito em escala limitada, para finalidades específicas, ou se pode ser feito em perspectiva ampla, de

modo que o curso geral da história, ao menos em alguns aspectos importantes, possa ser colocado em questão.

E, após reconhecer que a obra de Marx permite essa abordagem, Hicks sugere ser possível uma alternativa já que, apesar do enorme desenvolvimento das ciências sociais, muito pouco foi feito nessa direção:

Certamente, é possível que Marx estivesse correto na sua visão do processo lógico em ação na história, mas também que nós, com um conhecimento da realidade e da lógica social que ele não dispunha, e com outro século de experiência à nossa disposição, possamos conceber a natureza desses processos de uma forma completamente distinta. (HICKS, 1969, p.2-3)

Embora proponha, para a sua "teoria da História", a incorporação das ciências sociais (e não só da economia), o elemento central é económico, ao indicar como vê o fundamento de estudos de história económica:

A História Económica é frequentemente exposta, e corretamente exposta, como um processo de especialização; mas a especialização não é somente a especialização entre atividades económicas, é também a especialização de atividades económicas (às quais estão se tornando atividades económicas) a partir de atividades de outro tipo. (HICKS, 1969, p.1)

A especialização seria o resultado da expansão do processo de troca, a justificar o ponto de partida teórico/histórico da História Económica de Hicks:

De onde partiremos? Há uma transformação que é antecedente à Ascensão do Capitalismo de Marx, e que, em termos da economia mais recente, parece ter sido mesmo mais fundamental. É a Ascensão do Mercado, a Ascensão da Economia de Troca. (HICKS, 1969, p.7)

Embora incorpore elementos extraeconómicos (políticos, sociais) em sua "teoria", o argumento central se situa na expansão do mercado que propicia a especialização e, consequentemente, o aumento da produtividade (argumento clássico presente na obra de Adam Smith). Hicks recusa um esquema linear de ascensão na direção do "progresso", mas, ao fim, não pode evitar a noção de que a história caminha para estágios superiores de desenvolvimento. Isso fica evidente ao expor as linhas gerais de sua teoria:

A tarefa que se coloca diante de nós pode ser agora descrita. É uma investigação teórica, que deve ser conduzida em termos gerais – quanto mais geral, melhor. Vamos classificar estados das sociedades, estados económicos das sociedades; vamos procurar razões inteligíveis pelas quais um estado daria lugar a outro. Será uma sequência não completamente diferente de "Feudalismo,

Capitalismo, Socialismo" de Marx, ou dos estágios de desenvolvimento econômico da Escola Histórica Alemã. Mas nossos pressupostos são menos determinísticos, menos evolucionários que os deles, e isto fará a diferença. [...] Embora nós identifiquemos uma tendência subjacente à qual podemos desejar dar o nome de "progresso" ou "crescimento" ou "desenvolvimento", é um progresso frequentemente interrompido, e que frequentemente assume formas desagradáveis e até mesmo terríveis. (HICKS, 1969, p.6-7)

A recusa de Hicks a um movimento linear da história em direção ao progresso não exclui a hipótese central de sua teoria da história econômica: a expansão do mercado (que, mesmo que não seja contínua, se afirma como uma tendência na história) permite a crescente especialização das atividades econômicas que induz o aumento da produtividade e, portanto, o progresso (ou crescimento ou desenvolvimento). Ou seja, a troca, cada vez mais ampla e complexa, aparece como o elemento dinâmico da História Econômica.

Embora evite a imagem de um progresso contínuo e linear na história, a mensagem final da obra aponta nessa direção e nos obstáculos que podem se antepor à sua plena realização. Ao comentar os resultados da industrialização, Hicks afirma que ela permitiu a "Absorção" (com maiúscula) do proletariado numa classe trabalhadora industrial, a qual ocorreu de forma plena na Grã-Bretanha e quase completa em outros países avançados. E pergunta se seria possível essa Absorção em todo o mundo, considerando -a desejável por propiciar a elevação do padrão de vida da população em geral. Julga a tarefa enorme diante dos números daqueles que deveriam ser absorvidos (lembrando, em especial, a dimensão da população chinesa e da indiana, ambas em estágios muito baixos de desenvolvimento à época em que escrevia), porém não impossível: a taxa de crescimento necessária para tanto não seria maior do que a verificada até então. Mas quais os obstáculos para que isso se completasse?

Se não existissem nações - se cada um pudesse ir aonde desejasse, sendo aceito onde quer que fosse, e quisesse ir para onde se sentisse mais desejado - a Absorção de toda a raça humana entre as fileiras dos desenvolvidos seria relativamente simples. (HICKS, 1969, p.160)

A hipótese de ausência de nações, admite Hicks, é inviável já que os grupos que as formam adquirem um valor próprio e sua dissolução implicaria perdas importantes. Mas, mesmo mantidas as nações, seria possível caminhar na direção de suprimir as barreiras entre elas; e isso já teria acontecido:

Houve um tempo em que o movimento nessa direção (muito mais claramente do que hoje) parecia ser dominante; no século XIX, na era do (mais ou menos) Livre Comércio. O que se poderia esperar acontecer, se aquele movimento tivesse continuado sem interrupção, seria

o gradual aumento do número de países desenvolvidos, e o conseqüente declínio gradual no número daqueles que ainda permaneciam atrás, ou "de fora". Não seria mais do que um movimento gradual - não suficientemente rápido para satisfazer as expectativas que teria gerado; e também estaria sujeito a flutuações, flutuações gerais e flutuações que afetassem determinados países, o que poderia fazer crer que a direção geral parecería estar perdida. No entanto, se garantíssemos o contínuo avanço da ciência e a acumulação de capital subsequente, se não houvesse obstáculos, o processo teria continuado rumo à sua conclusão.

(HICKS, 1969, p.161)

Desse modo, indicamos, ainda que brevemente, a lógica que Hicks atribui à História Econômica: a ampliação do mercado permite a especialização das atividades econômicas e induz o aumento da produtividade. Não havendo obstáculos para o livre funcionamento do mercado, a tendência subjacente à História Econômica é de "progresso": um progresso que se disseminaria por todas as nações promovendo a "Absorção" da população pela economia industrial, o aumento dos salários e a elevação do padrão de vida para todos. Essa "Absorção" parece ser, para o economista, o final desejável da História. Se isso não ocorreu, o que fica implícito em sua análise, foi pelas distorções que impediram o livre funcionamento do mercado. Uma conclusão consistente com os fundamentos da teoria econômica que inspira a obra de Hicks, ou seja, de que o livre funcionamento dos mercados conduziria ao máximo bem-estar potencial das populações.

Assim como Hicks, Douglass North não descarta a economia neoclássica como fundamento para construir a História Econômica (ou seja, um relato coerente do aspecto econômico da condição humana ao longo do tempo). No entanto, entende que, para essa construção, a economia neoclássica, por si só, é insuficiente. Vejamos por quê.

O problema que orienta a pesquisa de North é a busca das razões do desempenho diferencial das economias no tempo; em outras palavras, o porquê de haver sociedades ricas e sociedades pobres. A lógica inerente ao modelo neoclássico, com competição perfeita nos mercados e ausência de distorções, conduziria à convergência de todas as economias para um mesmo padrão de desenvolvimento (como o próprio Hicks sugere). Desse modo, nos termos estritos do modelo neoclássico não há espaço para os diferentes desempenhos das economias. North aponta, então, a insuficiência do modelo neoclássico para tratar da questão em pauta:

O mundo no qual ele [o modelo neoclássico] está interessado é um mundo sem fricções no qual instituições não existem e toda mudança ocorre por meio de mercados que funcionam perfeitamente. Em suma, os custos de adquirir informação, incerteza e custos de transação não existem. Mas precisamente por causa dessa não existência, a fórmula neoclássica revela as hipóteses subjacentes que devem ser exploradas a fim de desenvolver um corpo útil de teoria sobre estrutura e mudança das economias. (NORTH, 1981, p.5)

Embora North trate de inúmeros aspectos relacionados ao tema, o foco de seu estudo se dirige para uma teoria das instituições e da mudança institucional, pois as instituições permitem reduzir os custos de transação (embora possam também evitar sua redução). Mas, como ele próprio sugere, ao longo do tempo sua abordagem do problema foi redirecionada. Em *The Rise of the Western World* (obra publicada em 1973 em colaboração com Robert Thomas), afirmava-se que as instituições eram determinantes do desempenho econômico e que as mudanças nos preços relativos eram a fonte da mudança institucional, pois criavam incentivos para a construção de instituições mais eficientes. No entanto, a teoria elaborada não permitia entender a persistência de instituições ineficientes.⁹

Em *Structure and Change in Economic History* (NORTH, 1981), a hipótese de instituições (sempre) eficientes foi abandonada: admitia-se agora que os governantes podiam estabelecer direitos de propriedade (instituição fundamental para North) em função de seus próprios interesses, os quais, se ineficientes, não produziam crescimento econômico. Mas ainda restava uma questão: por que a pressão competitiva não eliminava as instituições ineficientes?

Em *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, obra publicada em 1990, North enfrenta essa questão. Há uma longa argumentação, da qual selecionamos apenas alguns pontos de maior interesse para a História Econômica.

A noção central é a de *instituições*: com frequência, repete-se a “definição” de North e que “instituições são as regras do jogo em uma sociedade” (NORTH, 1990, p.3); mas cabe explicitar o que se entende por “regras do jogo”.

As instituições provêm a estrutura dentro da qual os seres humanos interagem. Elas estabelecem as relações cooperativas e competitivas que constituem a sociedade e mais especificamente uma ordem econômica. [...] Instituições são um conjunto de regras, procedimentos consensuais e normas de comportamento moral e ético que limitam o comportamento dos indivíduos [...]. (NORTH, 1981, p.201-202)

As instituições podem ser formais (como leis) e informais (como códigos de conduta); podem ser criadas com objetivos específicos (por exemplo, as constituições políticas dos Estados) ou evoluir no tempo (como o direito consuetudinário). Em qualquer caso, as instituições impõem limites à ação dos homens e, ao mesmo tempo, reduzem a incerteza nas relações entre os homens por proporcionarem uma estrutura para a vida cotidiana (NORTH, 1990, p.4). Na ausência de instituições (como leis, normas etc.), os custos de transação (por exemplo, na compra e venda de um imóvel) seriam elevados: como o comprador teria garantida a propriedade do imóvel e como o vendedor poderia

9. Uma síntese dos argumentos expostos nesse livro foi apresentado em artigo de NORTH & THOMAS (1970).

exigir o pagamento combinado? Seria preciso incorrer em custos (talvez o uso privado da força) para concluir efetivamente a transação.

Para compreender a dinâmica da mudança institucional, North traz à luz a noção de organizações, ou seja, grupos de indivíduos com alguma identidade de objetivos. Incluem corpos políticos (partidos, assembleias), corpos econômicos (empresas, sindicatos), corpos sociais (igrejas, clubes) e órgãos educacionais (escolas, universidades). A forma das organizações é determinada pelas instituições, mas as organizações também influem na forma pela qual as instituições evoluem. Ou seja, a mudança institucional resulta da interação entre instituições e organizações, uma vez que estas são criadas com o objetivo de aproveitar oportunidades geradas pelo movimento da economia no quadro das instituições vigentes.

Para North, “Difícilmente há controvérsias quanto ao fato de as instituições afetarem o desempenho da economia. Também não há controvérsias quanto ao fato de que o desempenho diferencial das economias ao longo do tempo sofre a influência fundamental do modo pelo qual as instituições evoluem” (NORTH, 1990, p.3). Desse modo, entender como se processa a mudança institucional se torna essencial para a discussão das diferenças de desempenho das economias na história.

Num passado remoto, grupos enfrentaram problemas diferentes dispondo de recursos substancialmente distintos (clima, recursos naturais, habilidades humanas etc.). Desse modo, dado o elevado custo de informação (sobre instituições e tecnologias eficientes disponíveis em outras comunidades), desempenhos diferentes são esperados, alguns mais eficientes do que outros (no sentido de promoverem o crescimento econômico). Com a redução do custo de informação ao longo do tempo, seria de se esperar a convergência entre as economias (como sugere o modelo neoclássico). Como essa convergência não ocorreu, North propõe a seguinte questão: “O que explica a sobrevivência de sociedades e economias caracterizadas por um pobre e persistente desempenho?” (NORTH, 1990, p.92).

Se o custo de transação fosse nulo, prevaleceria a solução eficiente que produz o crescimento da economia. Mas se os custos de transação são positivos, o desempenho será mais ou menos eficiente dependendo do sucesso (ou insucesso) das instituições adotadas em reduzir os custos de transação. Mas por que persistem instituições ineficientes?

O argumento central se fixa na noção de que instituições têm rendimentos crescentes; desse modo, organizações podem se beneficiar da manutenção dessas instituições mesmo quando mudanças nos preços relativos indicam a oportunidade de criar instituições mais eficientes. Essa situação pode levar, inclusive, a produzir uma ideologia que racionalize a estrutura dessa sociedade sem ser capaz de explicar seu mau desempenho. Portanto, uma mudança institucional que aumentaria a eficiência da economia pode ficar bloqueada: daí a noção de *path dependence* (dependência da trajetória) que leva North a afirmar que a história importa (NORTH, 1990, p.100). Em síntese, North expõe

a dinâmica da mudança institucional que justifica a existência de diferentes percursos, alguns mais eficientes do que outros:

Por que uma mudança fundamental nos preços relativos afeta duas sociedades de maneira diferente? Em cada sociedade a mudança dará como resultado adaptações marginais e as margens afetadas serão aquelas em que os problemas imediatos requerem solução, e a solução será determinada pelo poder relativo de barganha dos participantes, ou seja, as organizações que evoluíram num contexto institucional geral e específico. Mas observe-se que será um ajuste marginal, construído sobre os acordos institucionais precedentes. Devido ao fato de que o poder de barganha dos grupos em uma sociedade difere claramente do poder em outra sociedade, os ajustes marginais de cada uma serão também particularmente diferentes. Além disso, com distintas histórias e com a retroalimentação incompleta sobre as consequências, os atores terão modelos subjetivos diferentes e consequentemente farão eleições políticas também diferentes. Nesses casos, o ajuste marginal não conduz a uma convergência. (NORTH, 1990, p.101)¹⁰

Em suma, para North o destino das sociedades não aponta necessariamente na direção do crescimento, pois determinadas instituições podem mostrar-se ineficientes e, apesar disso, serem preservadas ao longo do tempo.

Assim, diversamente de Hicks, para quem a história econômica caminha na direção do "progresso" (apesar de crises, declínios etc.), a teoria de North não permite esse tipo de conclusão. Dessa forma, as instituições podem determinar tanto o "desenvolvimento" quanto a "decadência" de uma sociedade. Desse modo, na perspectiva de North não há um "sentido" claro no desenvolvimento da história; seu rumo ficaria na dependência da natureza das instituições vigentes em cada sociedade.

A noção geral inerente à teoria de North – de que as instituições importam – tem sido muito utilizada em estudos de história e de desenvolvimento econômico: por exemplo, algumas explicações do atraso de determinadas economias têm como foco suas instituições e não sua base material, suas relações sociais ou sua forma de inserção no mercado mundial, como era frequente em estudos dos anos 1950 e 1960. A crescente presença de análises institucionais em estudos de História Econômica certamente foi favorecida pela consolidação de uma corrente em teoria econômica – a Nova Economia Institucional – para a qual North também deu importantes contribuições. Na verdade, não se trata de uma ruptura radical com a economia neoclássica e sim de explorar as implicações de suprimir do modelo algumas hipóteses menos realistas (como a ausência de custos de transação) e de incluir explicitamente as instituições nesse modelo.

10. North ressalta a importância das mudanças marginais nas instituições, porém também considera as discontinuidades institucionais presentes, por exemplo, em movimentos revolucionários. No entanto, entende que, mesmo nesse caso, não se altera a lógica básica da mudança institucional.

Uma terceira vertente da História Econômica vinculada à Teoria Econômica é a chamada "New Economic History" (ou Cliometria, como a identificamos daqui em diante) desenvolvida nos Estados Unidos a partir dos anos 1960. Robert Fogel registra artigos de John R. Meyer e Alfred H. Conrad (publicados em 1957 e 1958) como os pioneiros na definição e na utilização da nova metodologia. A questão do escravismo no sul dos Estados Unidos antes da Guerra de Secessão inspirou esses e outros estudos produzidos a partir de 1960. O que havia de novo na Cliometria? Tratava-se de realizar uma estimativa mais precisa da rentabilidade da economia escravista tendo em vista teses usualmente aceitas de que a escravidão já apresentava acentuado declínio antes da Guerra, prenunciando seu próximo desaparecimento por não mais ostentar rentabilidade compensadora. Vários estudos, na linha proposta por Meyer e Conrad, concluíram que a economia escravista em seu conjunto (ou seja, considerando tanto a produção agrícola como a de criação e venda de escravos) era bastante rentável; e mais, que a economia do sul apresentava, antes da Guerra, apreciável ritmo de crescimento. Dá suas conclusões, em oposição às teses anteriores, de que o atraso do sul dos Estados Unidos (particularmente visível no fim do século XIX e boa parte do século XX) não resultara da estagnação da economia escravista e sim da devastação causada pela própria Guerra. Além disso, a abolição do escravismo não era mais vista como fruto da incapacidade do sistema de gerar altos rendimentos; ela estaria relacionada com questões referentes à moralidade e à equidade (FOGEL, 1966, p.647).

Outro tema que inspirou trabalhos típicos da metodologia cliométrica foi o da contribuição das ferrovias para o crescimento da economia americana na segunda metade do século XIX. A tese usual era de que as ferrovias foram indispensáveis para permitir a expansão da economia norte-americana para o Oeste. Os próprios Robert Fogel e Albert Fishlow colocaram em questão essa tese por meio de elaboradas estimativas quantitativas e hipóteses teóricas. Para demonstrar a indispensabilidade (ou não) das ferrovias era preciso estabelecer uma comparação com uma situação (hipotética) em que elas não tivessem sido construídas. Essa é a chamada hipótese contrafactual que se tornou frequente nos estudos fundados na cliometria. Como seria esse mundo contrafactual sem as ferrovias? Como já havia um sistema de canais fluviais estabelecido, Fogel passou a estimar o produto provável considerando a expansão agrícola possível com esse sistema de canais (que, na ausência das ferrovias, teria estímulos para ser estendido por milhares de milhas). Para essa estimativa, fez uso da teoria da renda da terra sob hipóteses relativas a preços dos produtos e condições do transporte sem as ferrovias (custos, fretes, rapidez, perdas etc.). Estimativas econométricas (principalmente por meio de regressões) levaram Fogel a concluir que a "poupança social" derivada do estabelecimento de ferrovias (frente ao hipotético desenvolvimento do sistema de canais) teria sido de apenas 1,8% do Produto Nacional Bruto. Ou seja, as ferrovias não se mostraram indispensáveis à expansão da agricultura norte-americana, pois meios alternativos também permitiriam essa expansão, embora em ritmo ligeiramente inferior.

Estes exemplos de pesquisas identificadas com a cliometria permitem situar o que havia de novo em suas propostas. Como afirma Fogel: “os marcos metodológicos da *New Economic History* são sua ênfase na mensuração e seu reconhecimento da íntima relação entre mensuração e teoria econômica” (FOGEL, 1966, p.651). Nesta relação estaria a distinção fundamental entre a cliometria e a História Econômica que faz uso, mesmo que intenso, de dados quantitativos. Além do recurso a modelos econométricos (que não era usual na História quantitativa), a teoria econômica se torna essencial, em particular na construção de hipóteses contrafactuais.

Como se tem avaliado o potencial e as limitações da cliometria?

Douglas North, em 1974 (ou seja, quase vinte anos após o surgimento da cliometria), reconhecia “a contribuição significativa da *New Economic History* para revitalizar o campo [da História Econômica] e avançar as fronteiras do conhecimento” (NORTH, 1974, p.1). Ele usou sistematicamente de teoria e métodos quantitativos no estudo da História. No entanto, afirmava que o uso da teoria econômica neoclássica padrão, ao mesmo tempo que produziu novos e incisivos insights sobre o passado humano, também serviu para limitar a amplitude da pesquisa. Citava entre as limitações: 1) a pesquisa foi mais destrutiva do que construtiva (ou seja, procurou destruir velhas explicações, porém não as substituiu por outras que sistematicamente explicassem como ocorreu a mudança econômica); 2) A ênfase da pesquisa era sobre questões específicas sem que se esclarecessem as transformações de longo prazo dos sistemas econômicos; 3) Não há nenhum papel para o governo nas análises; 4) As explicações não tratam das decisões que se dão fora do mercado, limitando a compreensão do passado da economia (NORTH, 1974, p.2).

Em texto posterior, de 1997 (“Cliometrics – 40 years later”), North admite que houve avanços nas pesquisas cliométricas pela ampliação de seus horizontes, porém ainda vê limitações: “[...] enquanto as revistas exibem sempre o aumento da proficiência técnica dos novos historiadores econômicos, a maior parte ainda permanece confinada à camisa de força da teoria neoclássica” (NORTH, 1997, p.412).

Não é muito diferente a avaliação feita por Eric Hobsbawm, um historiador com postura teórica e ideológica claramente distinta daquela assumida por Douglass North. Quais são, para Hobsbawm, os méritos da cliometria? Primeiro, ressalta “a notável contribuição dos cliometristas à mensuração na história e, certamente no caso de Robert Fogel, sua impressionante engenhosidade e originalidade na busca e utilização de fontes e técnicas matemáticas” (HOBSBAWM, 1998, p.126). Em seguida, observa que a cliometria propôs uma série de revisões sobre questões de história econômica, formulando proposições de modo mais rigoroso e buscando evidências estatísticas para testá-las. Hobsbawm, contrariamente a alguns críticos da cliometria, não recusa a utilização de hipóteses contrafactuais; pois, a rigor, tais hipóteses não frequentemente implícitas nos argumentos de muitos historiadores. Explicitá-las torna o argumento mais claro e as conclusões mais rigorosas. No entanto, Hobsbawm, como North, entende que a cliometria apresenta limitações. Como seu fundamento teórico é a economia

neoclássica – cuja natureza é essencialmente estática, a-histórica – sua utilidade é limitada para tratar de questões em que a mudança no tempo é o que importa:

Afinal, a tendência do equilíbrio de ser desestabilizado é o que importa ao estudo da mudança e transformação histórica. [...] Se aplicarmos a análise do equilíbrio retrospectivamente, correremos o risco de esvaziar os grandes problemas dos historiadores. (HOBSBAWM, 1998, p.128)

Outras limitações dizem respeito ao possível anacronismo de avaliar ações do passado com base em critérios da economia neoclássica assim como a necessidade de “fabricar” dados quando estes não estão disponíveis nas fontes.

Mas as principais limitações da Cliometria são: de um lado sua incapacidade de construir modelos que expliquem grandes mudanças econômicas e sociais e ainda o fato de que “pode criticar e modificar a história produzida por outros, mas não pode produzir respostas próprias” (HOBSBAWM, 1998, p.131).

Desse modo, parece consensual, mesmo entre historiadores econômicos alinhados à economia neoclássica, que a Cliometria não responde às grandes questões propostas pela História Econômica. Isso não impede que ela se desenvolva amplamente em vários centros acadêmicos, produzindo resultados de interesse para temas específicos, em geral motivada pela crítica a interpretações históricas mais ou menos consolidadas. No entanto, ela ainda está longe de oferecer uma alternativa de interpretação para um longo processo histórico como o que procuramos abarcar neste livro.

A Escola dos Annales: predomínio da História Econômica e Social na França (1929-1969)

Na revista *Annales*, seus fundadores, Lucien Febvre e Marc Bloch, consolidaram a insatisfação latente entre historiadores e cientistas sociais das primeiras décadas do século XX em relação à historiografia dominante no século XIX. Tratava-se da crítica à História estritamente factual (“acontecimental”) que, sem propor explicações para o processo histórico, induzia certa visão da história ao se concentrar nos fatos políticos cujos protagonistas eram os “grandes homens” (reis, diplomatas, militares etc.) e não o povo, as massas, em suma o homem comum.

Desse modo, a Escola dos *Annales* propôs o deslocamento do foco desse tipo de História Política para uma História “Total”.

Ciro Cardoso nos apresenta uma síntese da proposta dos *Annales*:

1) a passagem da “História-narração” para a “História-problema”, implicando o uso de hipóteses explícitas pelos historiadores; 2) a crença no caráter científico da História, mesmo tratando-se

de uma ciência em processo de constituição; 3) o contato e o debate permanentes com outras ciências sociais, promovendo a importação de problemáticas, métodos e técnicas de tais ciências para uso dos historiadores (inclusive grande número de técnicas de quantificação); 4) ampliação dos horizontes da ciência histórica, que tem a pretensão de abarcar numa síntese estrutural global todos os aspectos da vida social: "civilização material", poder e mentalidades coletivas; 5) a insistência nos aspectos sociais, coletivos e repetitivos de preferência aos biográficos, individuais e "episódicos"; daí a ênfase na História demográfica, econômica e social; 6) a utilização de todos os tipos de documentos disponíveis – vestígios arqueológicos, tradição oral, restos de sistemas agrários ainda visíveis na paisagem contemporânea, etc. –, acabando com a excessiva fixação só em fontes escritas; 7) a construção de temporalidades múltiplas em lugar de limitar-se o historiador ao tempo simples e linear característico da historiografia tradicional; 8) o reconhecimento da ligação indissolúvel e necessária entre o presente e o passado no conhecimento histórico, contra qualquer concepção que negue as responsabilidades sociais do historiador. (CARDOSO, 1982, p.37-38)

Embora a proposta da Escola dos *Annales* envolvesse a construção de uma "síntese estrutural global", não havia uma teoria que estabelecesse a relação entre os diferentes níveis da sociedade. Assim, a unidade da escola se manifestava mais na orientação geral do processo de pesquisa do que numa concepção homogênea da história e da sociedade. Talvez por isso, a escola seja mais conhecida pelas contribuições individuais de seus principais representantes: Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel e Ernest Labrousse foram, até o final da década de 1960, alguns dos mais expressivos membros da Escola dos *Annales*. No final da década de 1960, com a saída de Braudel da direção da revista, houve substancial mudança na orientação das pesquisas, com a redução do espaço para a História Econômica e Social.¹¹

Mas, apesar da ausência de uma unidade teórica, não se pode negar o impacto que os *Annales* tiveram entre os historiadores de diversos países. Em particular, o depoimento de Hobsbawm é bastante expressivo:

Imagino que alguns de nós, pelo menos em Cambridge, liamos os *Annales* já nos anos 30. Além do mais, quando Marc Bloch veio e conversou conosco em Cambridge – ainda me lembro disso como o grande momento que então parecia ser e foi –, foi-nos apresentado como o maior medievalista vivo, a meu ver, com toda justiça. Talvez isso de devesse especificamente a um fenômeno local, a existência em Cambridge de Michael Postan, que então ocupava a cadeira de história econômica, um homem de raras afinidades cosmopolitas e vasto conhecimento.

11. A Escola dos *Annales* foi objeto de inúmeros estudos. Para o leitor interessado em conhecê-la mais profundamente, lembremos as obras de Peter Burke (1991) e de João Carlos Reis (2000) em que, além da visão geral sobre a escola, há informações sobre os demais pesquisadores do grupo e também sobre a nova orientação da revista a partir de 1969.

Mas também se devia a outro fenômeno já mencionado por outros participantes deste colóquio, ou seja, a curiosa confluência, via história econômica, entre o marxismo e a escola francesa. Foi no terreno da história econômica e social, evidente no título-insígnia da *Annales* original, que nos encontramos. Os jovens marxistas daqueles tempos descobriam que a única parte da história oficial que fazia algum sentido para eles, ou pelo menos que podiam utilizar, era a história econômica, ou a história econômica e social. Dessa forma, foi por meio dela que a junção foi feita. (HOBSBAWM, 1998, p.194)

O depoimento de Hobsbawm traz à luz uma questão frequentemente colocada: a da relação entre o marxismo e a escola dos *Annales*: embora não houvesse identificação teórica, política e ideológica dos historiadores dos *Annales* com os historiadores marxistas, algumas concepções os aproximavam. Ciro Cardoso, por exemplo, indica: 1) o reconhecimento da necessidade de uma síntese global que explique ao mesmo tempo as articulações entre os níveis que fazem da sociedade humana uma totalidade estruturada, e as especificidades no desenvolvimento de cada nível; 2) a convicção de que a consciência que os homens de determinada época têm da sociedade em que vivem não coincide com a realidade social de tal época; 3) o respeito pelas especificidades históricas de cada época e sociedade (por exemplo, as leis econômicas só têm validade necessária para o sistema econômico em função do qual forem descobertas); 4) alguns dos membros do grupo dos *Annales* – mas certamente não todos – coincidem em atribuir uma grande importância explicativa à base econômica, aproximando-se em certos casos à noção marxista da determinação em última instância; 5) a aceitação da inexistência de fronteiras estritas entre as ciências sociais, embora o marxismo seja muito mais radical quanto à sua *unidade*; 6) a vinculação da pesquisa histórica com as preocupações e responsabilidades do presente (CARDOSO, 1982, p.39-40).¹²

Se efetivamente há uma aproximação entre os *Annales* e o marxismo, cabe, agora, explicar por alguns pontos da concepção que Marx tinha da História.

Marxismo e História Econômica

Qualquer tentativa de sintetizar a concepção de história de Marx em algumas páginas – e ainda mais, de estabelecer sua relação com a História Econômica – é temerária. A vasta obra de Marx, suas inúmeras, porém não sistemáticas, referências à história, as polêmicas entre as diferentes correntes marxistas e também os argumentos dos antimarxistas

12. Numa perspectiva marxista, FONTANA (1998, Cap. 11) procura expor as diferenças entre o marxismo e a Escola dos *Annales*, principalmente em relação à postura político-ideológica.

constituem, por si só, um campo de pesquisa inesgotável.¹³ De nossa parte, procuramos apenas indicar, na obra de Marx, referências bastante conhecidas sobre sua concepção de História. A leitura isolada de algumas dessas referências pode levar a uma concepção de História que Hobsbawm denomina de "marxismo vulgar" (HOBBSAWM, 1998, p.159). Ainda assim, é importante reproduzi-las para expor sua interpretação na ótica do "marxismo vulgar", assim como as críticas a essa interpretação com base em análise mais cuidadosa desses e de outros textos de Marx. Advertimos, mesmo entre os críticos do "marxismo vulgar" não há um consenso quanto à concepção de História em Marx, pois a exegese do conjunto de seus textos pode sugerir várias visões sobre cada tema em pauta.

A crítica de Marx e Engels à filosofia – idealista – da História de Hegel, exposta na obra *A Sagrada Família* (de 1844), já sugeria outra concepção – materialista – da História:

A concepção hegeliana de História pressupõe um espírito *abstrato* ou *absoluto* que se desenvolve mostrando que a humanidade apenas é uma *massa* que, consciente ou inconscientemente, lhe serve de suporte. Por isso ele faz com que, dentro da história *empírica*, exotérica, se antecipe uma história *especulativa*, esotérica. A História da humanidade se transforma na História do *espírito abstrato* da humanidade, que por ser *abstrato*, fica *além* das possibilidades do homem real. (MARX & ENGELS, 2003, p.102)

Não é difícil perceber o quanto a concepção da História de Marx – conhecida como *materialismo histórico* – se distancia, ou mesmo se opõe, à de Hegel. Neste breve trecho de *A Ideologia Alemã* (obra escrita com F. Engels em 1845-1846), o contraste com a filosofia da história de Hegel é nítido:

A história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explorara os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições [...]. Essa concepção de história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história [...]. (MARX & ENGELS, 2007, p.40 e 42)

Em longa citação de *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels aprofundam a noção de fundamento da história humana:

13. A concepção de História em Marx e o materialismo histórico foram objeto de inúmeras obras. Uma síntese de algumas questões relacionadas ao tema pode ser encontrada em FONTANA (2004, Caps. 7 e 11).

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis, por via puramente empírica.

O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza. Naturalmente não podemos abordar, aqui, nem a constituição física dos homens nem as condições naturais, geológicas, orográficas, climáticas e outras já encontradas pelos homens. Toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história. Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o *que* produzem como também com o *modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX & ENGELS, 2007, p.86-87)

Desse modo, Marx e Engels situam a produção material da vida como fundamento da história humana, noção que se tornou consensual entre os pensadores marxistas. Hobsbawm, por exemplo, não inclui essa noção básica entre os equívocos do "marxismo vulgar":

Deixemos de lado a questão de saber se Marx abstrai ou não a cultura (minha própria opinião é de que em seus escritos efetivamente históricos ele é o oposto exato de um reducionista econômico). Fica o fato básico de que a análise de uma sociedade a qualquer momento de seu desenvolvimento histórico deve começar pela análise de seu modo de produção; em outras palavras, (a) a forma técnico-econômica do "metabolismo entre homem e natureza" (Marx), o modo pelo qual o homem se adapta à natureza e a transforma pelo trabalho; e (b) os arranjos sociais pelos quais o trabalho é mobilizado, distribuído e alocado. (HOBBSAWM, 1998, p.176-177)

Mas essa concepção básica de Marx se desdobra em outros planos; um conhecido trecho do Prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política* introduz as noções de base (estrutura econômica) e superestrutura (instituições jurídicas e políticas e formas de consciência):

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 1986, p.25)

A relação entre base e superestrutura aí indicada levou, frequentemente, à afirmação de que essa relação era de *dominância e dependência*, ou seja, de que a base econômica determinaria a superestrutura (ou seja, as instituições jurídicas e políticas e as ideias seriam condicionadas pela infraestrutura econômica). Essa relação estaria associada a noções como “determinismo econômico” e “interpretação econômica da história” (que afirmariam que o econômico é que tudo determina nas sociedades e na história). No entanto, o exame mais acurado da obra de Marx e de Engels evidenciou que essas concepções estavam longe de corresponder ao seu pensamento. Marx, em conhecida nota inserida em *O Capital*, definia um quadro distinto daquele que corresponderia ao “determinismo econômico”:

Deve ser claro que a Idade Média não podia viver do catolicismo nem o mundo antigo da política. A forma e o modo como eles ganhavam a vida explica, ao contrário, por que lá a política, aqui o catolicismo, desempenhava o papel principal. (MARX, 1985, p.77, nota 33)

Esta nota sugere uma articulação entre base e superestrutura bem mais complexa do que a delineada na versão do “marxismo vulgar”: em certas épocas, elementos da superestrutura podem assumir o papel principal na história das sociedades. Se no capitalismo o econômico assume o papel principal, o mesmo não ocorreria na Idade Média, em que esse lugar seria ocupado pela religião, ou na Antiguidade, em que o lugar caberia à política. Assim, seria impossível entender a sociedade medieval sem considerar o papel da religião e a antiga, sem a política.¹⁴

14. Engels também contestou o “determinismo econômico”: “Segundo a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, nunca, mais do que isso. Se alguém tergiversá-lo, dizendo que o fator econômico é o único determinante, converterá aquela tese em uma frase vazia, abstrata, absurda” (Engels, carta a K.Schmidt, 27/2/1890, citada por CARDOSO & BRIGNOLI, 2002, p.456-457)

Diante dessa relativização do econômico como determinante da história, outra questão é proposta: qual a relação entre a base econômica e os elementos da superestrutura? Engels apresenta uma resposta à questão:

O desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico, etc., apoia-se no desenvolvimento econômico. Mas todos eles, também, repercutem uns sobre os outros e sobre sua base econômica. Não é que a situação econômica seja a *causa*, o *único ativo*, e tudo o mais efeitos puramente passivos. Há um jogo de ações e reações, com base na necessidade econômica, que se impõe sempre em *última instância*. (Engels, carta a Starkenburg, 25/1/1894, citada por CARDOSO & BRIGNOLI, 2002, p.458)

Por essa e por outras referências, admite-se que a noção de que a base econômica determine univocamente (ou seja, de forma direta e em direção única) a superestrutura político-jurídica e ideológica deva ser superada por outra que aceite a possibilidade de os elementos superestruturais interagirem com a base econômica, induzindo alguma mudança sobre ela. De qualquer modo, permanece a noção de que a “necessidade econômica [...] se impõe sempre em *última instância*”.¹⁵

Entre a base econômica e a superestrutura deve haver uma “correspondência” que permita a reprodução do modo de produção. Explicando melhor: o modo de produção (da vida material) pressupõe um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas (recursos naturais, população, habilidade da força de trabalho, conhecimento técnico, meios de produção acumulados etc.) e determinadas relações de produção (as relações entre os homens que derivam de sua inserção diferenciada no processo de produção). A superestrutura jurídico-política e ideológica “adequada” emerge como condição para que o modo de produção (em especial, as relações de produção) se reproduza. Por exemplo: o trabalho assalariado – como relação de produção típica do capitalismo – exige o instrumento jurídico correspondente – o contrato – que estabelece formalmente a relação entre duas pessoas juridicamente livres e iguais. Além disso, a ideologia dominante deve tornar aceitável para os trabalhadores essa relação. Assim, o conflito potencial entre classes antagonicas não impede que o modo de produção se reproduza.

Mas como se processa a transição de um modo de produção para outro; ou seja, quando as condições para a reprodução do modo de produção são colocadas em questão? Perry Anderson entende que, na obra de Marx, a transformação – ou o “motor” da história – pode ser vista sob dois prismas:

15. O significado preciso de “determinação em última instância” também é objeto de polémicas entre os pensadores marxistas, inclusive quanto à sua pertinência. Para uma discussão sobre o tema, ver: CARDOSO & BRIGNOLI, 2002, p.459-462 e também SAES, 1994, p.44-50.

[...] a potencial disjunção nos próprios textos de Marx entre sua atribuição do papel do motor primário de transformação histórica à contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, de um lado – pense-se na famosa “Introdução” de 1859 à *Contribuição à Crítica da Economia Política* – e, de outro, à luta de classes – pense-se no *Manifesto Comunista*. (ANDERSON, 1984, p.39)

Engels, no Prefácio de 1883 à edição alemã do *Manifesto Comunista*, ressaltava o papel da luta de classes:

A ideia fundamental que atravessa todo o Manifesto – a saber, que em cada época histórica a produção econômica e a estrutura social que dela necessariamente decorre constituem a base da história política e intelectual dessa época; que, conseqüentemente (desde a dissolução da antiga posse em comum da terra), toda a história tem sido uma história de luta de classes, de lutas entre classes exploradas e classes exploradoras, entre classes dominadas e classes dominantes, nos diferentes estágios do desenvolvimento social [...] – essa ideia fundamental pertence única e exclusivamente a Marx. (MARX & ENGELS, 1998, p.45-46)

E no texto de Marx, citado por Anderson, se tem a outra perspectiva:

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então tinham se movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. (MARX, 1986, p.25)

A forma pela qual Marx e Engels expõem a ascensão da burguesia sugere uma possível articulação entre os dois “motores” da história:

[...] a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções nos modos de produção e de troca.

Cada uma dessas etapas de desenvolvimento da burguesia foi acompanhada por um progresso político correspondente. [...] A burguesia desempenhou na história um papel extremamente revolucionário.

Onde quer que tenha chegado ao poder, a burguesia destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Dilacerou impiedosamente os variegados laços feudais que ligavam o ser humano a seus superiores naturais, e não deixou subsistir entre homem e homem outro vínculo que não o interesse nu e cru, o insensível “pagamento em dinheiro”. Afogou nas águas gélidas do cálculo egoísta os sagrados frêmitos da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco,

do sentimentalismo pequeno-burguês. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca e no lugar das inúmeras liberdades já reconhecidas e duramente conquistadas colocou unicamente a liberdade de comércio sem escrúpulos. Numra palavra, no lugar da exploração mascarada por ilusões políticas e religiosas colocou a exploração aberta, despidorada, direta e árida. (MARX & ENGELS, 1998, p.68-69)

Nesse breve trecho, revoluções nos modos de produção e de troca (ou seja, nas forças produtivas e nas relações de produção) e luta de classes (da burguesia contra a classe feudal) estão presentes. No entanto, ao desenvolvimento das forças produtivas parece caber o papel de desestabilizar o modo de produção ao promover mudanças nas relações de produção e a emergência de novas classes que promoverão a luta de classes e a revolução política. Assim delineada, a dinâmica da história conduziu à noção de uma seqüência de modos de produção, como sugeriam as próprias palavras de Marx:

Em grandes traços, podem ser caracterizados, como épocas progressivas da formação econômica da sociedade, os modos de produção: asiático, antigo, feudal e burguês moderno. As relações burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo social de produção, antagônicas não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos; contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução desse antagonismo. Daí que com essa formação social se encerra a pré-história da sociedade humana. (MARX, 1986, p.26)

Esse trecho da obra de Marx levou à formulação de que a história (de todas as sociedades) seguiria uma mesma seqüência de modos de produção: comunidade primitiva – escravismo – feudalismo – capitalismo – comunismo. Embora muito influente, esse paradigma foi objeto de críticas e polémicas entre os marxistas. O comentário de Hobsbawm situa os pontos dessa polémica:

Acreditava-se, acertadamente, que Marx insistira sobre um desenvolvimento sistemático e necessário da sociedade humana na história, a partir do qual o contingente era em grande parte excluído, de qualquer maneira, ao nível de generalização sobre os movimentos de longo prazo. Daí a constante preocupação dos primeiros marxistas com problemas como o papel do indivíduo ou do acidente na história. Por outro lado, isso podia ser – em grande parte – interpretado como uma regularidade rígida e imposta, como por exemplo, na sucessão das formações socioeconômicas, ou mesmo como um determinismo mecânico que às vezes se aproximava da sugestão de que não havia alternativas na história (HOBSBRAWM, 1998, p.159-160).

Embora a maior parte das proposições identificadas com o materialismo histórico esteja sujeita a polémicas – como observamos acima – é possível indicar algumas diretrizes gerais sugeridas pelo marxismo para o trabalho do historiador econômico. Apesar do risco de sermos excessivamente esquemáticos e superficiais e, ainda mais, de assumirmos proposições não aceitas por parte dos adeptos do materialismo histórico, vale reafirmar alguns pontos importantes:

- 1) O ponto de partida para a análise das sociedades numa perspectiva histórica deve ser a forma pela qual ela realiza a produção de sua vida material. Em outras palavras, a base econômica é fundamental para entendermos a sociedade e suas transformações no tempo.
- 2) No entanto, para Marx não haveria uma história econômica autônoma, independente dos outros níveis da sociedade; assim como a Escola dos *Annales*, para o marxismo cabe buscar a compreensão da “história total”.
- 3) A imagem da sociedade constituída por uma base (econômica) e uma superestrutura (jurídico-política e ideológica) não deve levar o historiador à tentação de cair no “determinismo econômico”, seja em sua forma mais tosca que busca no econômico a causa de todo e qualquer evento, seja numa forma mais sofisticada que atribui exclusivamente ao econômico a determinação dos demais níveis da sociedade.
- 4) Assim, a relação entre base e superestrutura deve ser vista não como uma relação de dominação (da base) e de dependência (da superestrutura) e sim como de interação ou condicionamento recíproco. Convém lembrar que, para a reprodução da sociedade, os elementos da superestrutura são essenciais, pois sua adequação à base econômica permite que as relações sociais se reproduzam regularmente ao longo do tempo.
- 5) No entanto, em certos momentos históricos, essa reprodução é colocada em xeque: trata-se da transição de um modo de produção a outro. O desenvolvimento das forças produtivas coloca em questão a correspondência com as relações de produção vigentes, abrindo um período de transição em que a luta de classes conduz à revolução.¹⁶
- 6) Embora a noção de que à história corresponde uma sequência de modos de produção seja consensual, não se trata de impor, *a priori*, o paradigma inspirado na história europeia (comunidade primitiva – escravismo – feudalismo – capitalismo, admitindo-se que em seguida se instauraria o socialismo ou o comunismo) a cada situação histórica. O estudo das condições concretas de uma sociedade e de suas mudanças no tempo pode sugerir percursos distintos daquela sequência.

Cabem ainda duas observações finais que, extrapolando as referências anteriormente feitas aos textos de Marx e Engels, se inserem na temática geral aqui discutida.

16. A exata articulação entre desenvolvimento de forças produtivas, mudanças nas relações de produção e luta de classes é um dos temas mais controversos entre os marxistas.

Primeira: situamos a luta de classes como um componente agudo dos processos de transição de um modo de produção a outro. No entanto, há outro conflito entre classes ou grupos sociais que, em certo sentido, está presente no quotidiano das sociedades (com maior ou menor intensidade em algumas delas e em momentos particulares): trata-se do conflito pela apropriação do excedente (ou seja, da diferença entre o que é produzido e o que é consumido).¹⁷ E, nesse caso, não se trata apenas do conflito entre classe dominante e classe dominada. Esse conflito pode ocorrer no interior da classe dominante (entre diferentes grupos: por exemplo: industriais que querem proteção aos seus produtos *versus* exportadores de produtos primários que preferem tarifas alfandegárias baixas para suas importações; produtores *versus* banqueiros em torno do nível da taxa de juros, etc.); ou ainda entre diferentes segmentos da classe trabalhadora (sindicalizados *versus* trabalhadores informais na disputa por benefícios dos governos). A disputa pela apropriação do excedente gerado também define qual será sua utilização (consumo ou investimento), o que, de certo modo, estabelece os rumos do desenvolvimento de uma sociedade, sendo essencial para a compreensão de sua história.

Segunda: admitimos que o modo como se realiza a produção da vida material é fundamental na determinação da história das sociedades. No entanto, convém ressaltar que a esfera da circulação, em certa medida integrada à da produção, não pode ser ignorada: a circulação das mercadorias e a do dinheiro (ou seja, o comércio e as finanças) acompanham o desenvolvimento da produção, mas também podem exercer forte impacto sobre a produção em determinadas circunstâncias históricas. Ao historiador econômico cabe avaliar as formas de integração dessas esferas e sua interação recíproca em cada época estudada. Ou seja, embora a esfera da produção seja a fundamental, não pode o historiador econômico ignorar as outras esferas da economia em sua reconstrução da história de uma sociedade.

Estes são alguns elementos que a visão de Marx sobre a História pode fornecer ao historiador econômico na elaboração de sua pesquisa, em confronto com muitas outras propostas teóricas e metodológicas.

Uma nota sobre Marx e Weber

O materialismo histórico de Marx foi objeto de inúmeras críticas. É usual atribuir-se a Max Weber, por sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, a mais sólida

17. Paul Baran (BARAN, 1986, p.51-52) explora com rigor a noção de excedente. Distingue o excedente econômico efetivo (diferença entre o produto social efetivo de uma comunidade e o seu efetivo consumo) do excedente econômico potencial (diferença entre o produto social que pode ser obtido em um dado meio natural e tecnológico, com o auxílio dos recursos produtivos realmente disponíveis, e o que se pode considerar como consumo indispensável)

refutação das teses de Marx. Michel Lowy indica como essa crítica é formulada em relação ao surgimento do capitalismo.¹⁸

As posições de Marx e de Weber são frequentemente resumidas nos seguintes termos: para Marx, toda tentativa de explicar o racionalismo ocidental deverá admitir a importância fundamental da economia, e levar em consideração, antes de tudo, condições econômicas; para Weber, em compensação, o espírito do capitalismo só seria o resultado de algumas influências da Reforma. (LOWY, 1978, p.35)

Lowy procura mostrar que essa fórmula resumida não corresponde nem ao pensamento de Marx nem ao de Weber. Como nos referimos anteriormente, Marx não recusa a influência das ideias (inclusive as religiosas) sobre a sociedade: ele afirma, por exemplo, que na Idade Média, o catolicismo exercia o papel principal e a economia seria apenas o determinante em "última instância" (LOWY, 1978, p.47). Por outro lado, a obra de Weber inclui referências inequívocas sobre o papel das condições econômicas na origem do racionalismo ocidental (ou seja, do "espírito do capitalismo"). É o próprio Weber que afirma a) tratar do caráter específico e peculiar do "racionalismo" na cultura ocidental:

Para caracterizar sua diferença do ponto de vista da história da cultura, deve-se ver primeiro em que esfera e direção elas ocorreram. Por isso, surge novamente o problema de reconhecer a peculiaridade específica do racionalismo ocidental, e, dentro deste moderno racionalismo ocidental, o de esclarecer a sua origem. Cada uma dessas tentativas, tendo em conta a importância fundamental da economia, deverá, antes de mais nada, analisar as condições econômicas. (WEBER, 1967, p.11)

A afirmação é absolutamente clara quanto ao fato de a economia ser fundamental para esclarecer a origem do racionalismo capitalista, o que o aproximaria daquilo que se atribui a Marx. Porém, a sequência dessa frase permite entender o que afasta Weber de Marx, pois:

Ao mesmo tempo, porém, não se deve omitir correlação inversa. Isto porque, o racionalismo econômico, embora dependa parcialmente da técnica e do direito racional, é ao mesmo tempo determinado pela capacidade e disposição dos homens em adotar certos tipos de conduta racional. Onde elas foram obstruídas por obstáculos espirituais, o desenvolvimento de uma conduta econômica também tem encontrado uma séria resistência interna. (WEBER, 1967, p.11)

¹⁸ Max Weber admite a existência de capitalismo em diversas épocas históricas: "Chamaremos de ação econômica 'capitalista' aquela que se baseia na expectativa de lucro através da utilização das oportunidades de troca, isto é, nas possibilidades (formalmente) pacíficas de lucro" (WEBER, 1967, p.4). Mas o capitalismo moderno estaria associado ao racionalismo específico e peculiar da cultura ocidental (WEBER, 1967, p.11).

Esta divergência é reafirmada por Weber nas páginas finais de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. A conclusão substantiva de sua obra é de que a conduta racional baseada na ideia de vocação (um dos componentes fundamentais do espírito do moderno capitalismo) nasceu do espírito da ascese cristã (WEBER, 1967, p.130) e acrescenta:

Aqui apenas se tratou do fato e da direção de sua influência em apenas um, se bem que importante, ponto de seus motivos. Seria, todavia, necessário investigar mais adiante, a maneira pela qual a ascese protestante foi por sua vez influenciada em seu desenvolvimento e caráter pela totalidade das condições sociais, especialmente pelas econômicas. Isto porque, [...] não se pode pensar em substituir uma interpretação materialista unilateral por uma igualmente unilateral interpretação causal espiritualista da cultura e da história. Ambas são igualmente viáveis, mas qualquer uma delas, se não servir de introdução, mas sim de conclusão, de muito pouco serve no interesse da verdade histórica. (WEBER, 1967, p.132)

Desse modo, fica evidente que Weber aceita a influência dos fatores econômicos na formação do espírito capitalista; porém, em sua concepção, o espírito capitalista (assim como outros fenômenos históricos) é resultado da ação de múltiplos fatores. Qualquer explicação monocausal (seja pela economia, seja pela religião) seria inadequada para Weber. Embora esta concepção de Weber não seja compatível com a visão de Marx, não se pode atribuir a Marx a determinação simplista de fenômenos históricos, como naquilo que Hobsbawm denominou o marxismo vulgar.

Com esta breve nota, pretendemos apenas indicar o ponto central da divergência entre Marx e Weber, a fim de evitar as interpretações apressadas da crítica weberiana ao marxismo. É claro, o tema comporta discussões bem mais profundas do que a feita acima.

HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL: OBJETO E MÉTODO

O título do livro – *História Econômica Geral* – pode sugerir ao leitor uma revisão de todo o passado do homem em relação às formas de "satisfazer suas necessidades materiais". Na verdade, o objeto deste livro, do ponto de vista cronológico, é bem mais restrito. Seu ponto de partida se situa em breve estudo da sociedade feudal a fim de discutir como se processou a transição do feudalismo ao capitalismo. O interesse especial desse tema é poder confrontar algumas teses sobre a transformação de um sistema a outro, situação em que se evidenciam de modo agudo as diferenças teóricas e metodológicas na análise da história econômica. Desse modo, do ponto de vista cronológico, iniciamos nosso estudo em torno do ano 1000 quando o sistema feudal está estabelecido. A partir de 1100, observamos as mudanças que se processam no sistema.

No plano espacial, nosso objeto é a Europa Ocidental (ou, de modo geral, a civilização ocidental: as áreas do mundo que foram ocupadas sob a influência dos países da Europa Ocidental). Evidentemente, esta opção deixa de lado importantes aspectos da história econômica mundial: por exemplo, porque as “civilizações orientais” ficaram “para trás” da Europa Ocidental no segundo milênio da era cristã. Pela complexidade e abrangência do tema, seria difícil incluir observações que não fossem superficiais e imprecisas.¹⁹

Concluída a transição do feudalismo ao capitalismo, passamos a discutir as mudanças que se processaram no próprio capitalismo ao longo dos séculos. Como há várias concepções do que seja o capitalismo (e, portanto, de qual deva ser o foco na análise dessas mudanças), procuramos, sempre que possível, expor as divergências interpretativas mais influentes na historiografia econômica.

Desse modo, estabelecemos os limites cronológicos e espaciais deste livro: trata-se da história econômica do mundo ocidental (ou seja, a Europa Ocidental e as regiões ocupadas sob sua influência ou que caíram em sua esfera de influência) num período de cerca de 1000 anos (ou seja, desde o ano 1000 até o final do século XX). Um tema tão vasto (apesar de ser uma pequena parte da História Econômica do mundo) cria algumas dificuldades.

Primeira, a de alcançar o equilíbrio entre informação sobre os fatos econômicos das épocas em foco com análise e interpretação desses fatos. Um mínimo de informação factual é necessário não só para justificar as interpretações em pauta, mas também para situar historicamente o leitor em relação aos processos em discussão.

Segunda, a de “escolher” os fatos mais relevantes para compor o quadro de análise e interpretação. Optamos por uma exposição organizada em torno de marcos cronológicos usuais na historiografia econômica: transição do feudalismo ao capitalismo, revolução industrial britânica, segunda revolução industrial e imperialismo, período entre as guerras mundiais, era de ouro do capitalismo, crise dos anos 1970 e o final do século XX. Em cada período, sempre que cabível, nosso foco inicial foi a transformação na esfera da produção, tanto no plano das novas tecnologias e formas de organização, quanto no das relações de trabalho. Os temas relacionados ao comércio e a finanças são discutidos principalmente nos tópicos dedicados ao estudo da economia internacional em cada período. A ascensão e o declínio das economias socialistas no século XX é objeto de capítulos específicos.

Embora privilegiemos a esfera da produção como ponto de partida para a exposição, procuramos evidenciar as relações entre a produção e a esfera da circulação (comércio e finanças) em cada período considerado. Em certas épocas, a esfera da circulação (em especial, as finanças) pode assumir tal importância a ponto de ofuscar a esfera da produção. Mesmo nestes casos, não de pode perder de vista a articulação entre produção e circulação,

19. O interesse pelo tema, aliás crescente com a ascensão de economias como a da China e de outros países asiáticos, se manifesta em livros como o de E. L. Jones (1987) e o de K. Pomeranz (2001). São apenas dois exemplos aos quais se pode agregar muitos outros títulos.

sob pena de permanermos na superfície dos processos históricos. Além disso, outros aspectos da sociedade serão eventualmente levantados, embora não se tenha a pretensão de realizar uma “história total” (abrangendo não só a economia, mas também os demais níveis da sociedade, como a política e a ideologia).

Dada a vasta abrangência histórica do livro – ou seja, no tempo e no espaço –, não se pretende adotar de forma estrita uma única orientação teórico-metodológica. Como não se trata de propor um ensaio interpretativo, procuramos apresentar um quadro, o mais amplo possível, das diferentes interpretações a respeito de determinados processos históricos a fim de permitir ao leitor uma reflexão própria sobre tais processos. Ainda assim, é inevitável que algumas preferências interpretativas dos autores se façam presentes em vários tópicos.

Esperamos que o exposto nesta Introdução facilite a leitura do livro e a compreensão de sua proposta. Dividido em seis partes, além desta Introdução, *História Econômica Geral* aborda os seguintes períodos históricos e temáticos.

A Primeira Parte cobre temporalmente o período mais longo estudado neste livro: cerca de 200 anos da transição do feudalismo ao capitalismo que, entretanto, para alguns autores, podem ser esgarçados para outros tantos séculos. Trata-se de uma longa fase de transformações profundas nas estruturas da sociedade ocidental, de alterações das relações de produção e da natureza da propriedade fundiária, de emergência e crise do mercantilismo como política econômica nacional e do absolutismo como estrutura política e ainda da expansão marítima e descoberta do chamado Novo Mundo. Esses são temas fundamentais desta parte que culmina com o debate historiográfico sobre a transição.

A Segunda Parte avança para outro tema essencial – a Revolução Industrial – igualmente objeto de controvérsias: uma efetiva revolução técnica e das relações sociais ou uma lenta e gradual evolução econômica? Esse é o debate que inicia a Segunda Parte do livro, buscando compreender o significado e a trajetória das inovações técnicas. Mas as inovações técnicas se inscrevem num quadro profundo de transformações da economia e da sociedade britânicas: crescimento da população, mudanças na produção agrícola, emergência de um mundo urbano industrial e novas relações econômicas com o resto do mundo são temas que se articulam com o das inovações e que exigem atenção.

Se a Grã-Bretanha foi a primeira nação industrial, outros processos de industrialização, nem sempre semelhantes ao britânico, se sucedem ao longo do século XIX. Esse é o objeto central da Terceira Parte deste livro. França, Alemanha, Estados Unidos, Rússia e Japão são os principais países que passaram a fazer parte do seleto grupo de nações industriais. Isso levou a uma nova configuração da economia mundial em que o predomínio econômico britânico se viu confrontado com a presença de novas potências industriais. A segunda metade do século XIX foi um período marcado por fortes tensões, em grande parte associadas à crescente competição entre os países industrializados: a Grande Depressão do século XIX (1873-1896), o fortalecimento de trustes e cartéis, o retorno do protecionismo,

a expansão do imperialismo como prenúncio da Primeira Guerra Mundial, tudo isso num ambiente em que as autoridades nacionais desconstruíram o discurso liberal que predomina durante os três primeiros quartos do século XIX.

A Quarta Parte é dedicada à fase conhecida como “entreguerras”, cerca de trinta difíceis anos para as economias ocidentais: duas guerras mundiais que provocaram destruição na Europa, a Grande Depressão da década de 1930 que colocava em questão as condições para a continuidade do capitalismo. Nesse quadro se inscreve o deslocamento do centro do capitalismo da Europa para os Estados Unidos no lado ocidental e, como resultado da Revolução de 1917, a constituição da União Soviética no lado oriental, como alternativa econômica e social ao capitalismo. O multilateralismo econômico e militar de fins do século XIX tomou outro rumo – em direção a um mundo bipolar – ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Foi neste mundo bipolar que se travou a chamada Guerra Fria que confrontava o capitalismo liderado pelos Estados Unidos e o socialismo identificado com a União Soviética. Mas este período, tratado na Quinta Parte do livro, abarca outros aspectos fundamentais da história econômica mundial. No Ocidente, a reorganização da economia mundial catalizada por meio dos acordos de Bretton Woods que instituíram um novo sistema monetário internacional e da criação de organismos internacionais como FMI e Banco Mundial (IBRD). Foi uma época de grande expansão das economias ocidentais no que ficou conhecido com a Era de Ouro do capitalismo. Do outro lado, constituiu-se na Europa Oriental, um torno da União Soviética, um bloco de economias socialistas que até os anos de 1970 passaram por forte expansão. Além disso, o comunismo também se expandiu para outros continentes: a China, na Ásia, e Cuba na América são exemplos desse processo que, de certo modo, também alimentava a Guerra Fria.

O final do século XX, objeto da Sexta e última parte do livro, apresenta mudanças fundamentais na economia mundial. Do lado capitalista, a crise dos anos 1970 induziu profundas transformações que podem ser sintetizadas na ascensão do neoliberalismo e na crescente força do financeiro na dinâmica da economia. Não pudemos nos furtar à referência à crise da economia na primeira década do século XXI, procurando situar a polêmica a respeito de suas causas e de seus desdobramentos. Mais radical foi a transformação que atingiu as economias socialistas: a queda do Muro de Berlim e a dissolução da União Soviética são os símbolos mais expressivos dessa transformação que procuramos tratar apenas em seus aspectos econômicos, embora saibamos das complexas raízes políticas e sociais envolvidas no desaparecimento da experiência socialista que ocupou, para usarmos a noção de Hobsbawm, o breve século XX.

Embora as seis partes do livro estejam articuladas a partir da sequência cronológica, as partes e mesmo os capítulos dentro de cada parte são dotados de relativa independência. Creditamos que o leitor interessado em um período ou em uma temática específica não tenha dificuldade para apreender o conteúdo de uma parte ou um capítulo sem se dedicar

à leitura integral do livro. E esperamos que a leitura não indique a “palavra final” sobre cada tema e sim estimule a reflexão com base nas diferentes interpretações que procuramos apresentar ao longo do livro.

REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, D. & ROBINSON, J.A. (2012). *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity and Poverty*. New York: Crown Business.
- ALLEN, R.C. (2011). *Global Economic History: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- ANDERSON, P. (1984). *A Crise da Crise do Marxismo*. São Paulo: Brasiliense.
- BARAN, P. (1986). *A Economia Política do Desenvolvimento*. 2ª ed., São Paulo: Nova Cultural.
- BLOCH, M. (1965). *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- BURKE, P. (1991). *A Escola dos Annales (1929-1989). A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Editora UNESP.
- CARDOSO, C.F.S. (1982). *Uma Introdução à História*. São Paulo: Brasiliense.
- CARDOSO, C.F.S. & BRIGNOLI, H.P. (2002). *Os Métodos da História*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Edições Graal.
- CHAUNU, P. (1976). *A História como Ciência Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- CLARK, G. (2007). *A Farewell to Arms: A Brief Economic History of the World*. Princeton & Oxford: Princeton University Press.
- DOBB, M. (1983). *A Evolução do Capitalismo*. São Paulo: Abril Cultural.
- FOGEL, R. (1966). “The New Economic History: Its Findings and Methods”. *The Economic History Review*, 2ª série, Vol. 19, p.642-656.
- FONTANA, J. (1998). *História: Análise do Passado e Projeto Social*. Bauru, SP: Edusc.
- FONTANA, J. (2004). *A História dos Homens*. Bauru, SP: Edusc.
- HARTE, N. (2001). “The Economic History Society, 1926-2001” in HUDSON, P. *Living Economic and Social History*. Glasgow: Economic History Society; Cambridge (Mass.): The MIT Press.
- HATTON, T., O’ROURKE, K. & TAYLOR, A. (2007). *The New Comparative Economic History*. Cambridge: The MIT Press.
- HICKS, J. (1969). *A Theory of Economic History*. Oxford: Oxford University Press.
- HOBBSAWM, E. (1998). *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HODGSON, G.M. (2005). “Alfred Marshall versus the Historical School”. *Journal of Economic Studies*, Vol. 32, n. 4, p. 331-348.
- IGLÉSIAS, F. (1959). *Introdução à Historiografia Econômica*. Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais.
- JONES, E. (1987). *O Milagre Europeu (1400-1800)*. Lisboa: Gradiva Publicações.

- LANDES, D. (1998). *A Riqueza e a Pobreza das Nações*. Rio de Janeiro: Campus.
- LOWY, M. (1978). *Método Dialético e Teoria Política*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MARX, K. (1985). *O Capital. Crítica da Economia Política. Volume I. Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. Tomo I*. 2ª ed., São Paulo: Nova Cultural.
- MARX, K. (1986). *Para a Crítica da Economia Política*. 2ª ed., São Paulo: Nova Cultural.
- MARX, K. & ENGELS, F. (1998). *Manifesto do Partido Comunista*. 8ª ed., Petrópolis: Editora Vozes.
- MARX, K. & ENGELS, F. (2003). *A Sagrada Família*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- MARX, K. & ENGELS, F. (2007). *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo.
- NORTH, D. (1974). "Beyond The New Economic History". *The Journal of Economic History*, Vol. 34, p.1-7.
- NORTH, D. (1981). *Structure and Change in Economic History*. New York: W.W. Norton.
- NORTH, D. (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge (UK): Cambridge University Press.
- NORTH, D. (1997). "Cliometrics - 40 years later". *The American Economic Review*, Vol. 87, p.412-414.
- NORTH, D. & THOMAS, R. (1973). *The Rise of the Western World: A New Economic History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NORTH, D. & THOMAS, R. (1970). "An Economic Theory of the Growth of the Western World". *The Economic History Review*, 2ª série, Vol. 23, p.1-17.
- POMERANZ, K. (2001). *The Great Divergence: China, Europe, and the Making of the Modern World Economy*. Princeton: Princeton University Press.
- REIS, J.C. (2000). *Escola dos Annales: A Inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra.
- SCHUMPETER, J. (1968). *Fundamentos do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- SMITH, A. (1985). *A Riqueza das Nações*. Volume I. 2ª ed., São Paulo: Nova Cultural.
- WEBER, M. (1967). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira.
- WILLIAMSON, J. (1998). *Growth, Inequality and Globalization: Theory, History and Policy*. Cambridge: Cambridge University Press.

A Transição do Feudalismo ao Capitalismo